

JORNAL DE BRASÍLIA
**Lucena acusa o governo de
prejudicar as prefeituras**
31 MAR 1987

O senador Humberto Lucena acusou ontem a Caixa Econômica, o Banco Central e o Ministério da Fazenda de estarem dificultando e burocratizando as autorizações de pedidos de empréstimos das prefeituras. Segundo os prefeitos relataram ao senador, as exigências são tantas que chegam a ponto de impedir que os municípios adquiram os recursos pleiteados.

Tendo em vista a inviabilização de recursos, Humberto Lucena prometeu que a "autorização de operações de empréstimos aos estados e municípios terão tramitação urgentíssima dentro do Congresso Nacional, sem discriminação político-partidária".

Neste sentido, o senador ressaltou que já tomou a providência de mandar arquivar, no Banco Central, centenas de processos que reivindicam empréstimos municipais, por não permitir que o Banco Central faça uma política discriminatória e restritiva.

"Uma das portas fundamentais da estrutura do poder é a descentralização administrativa, e isto não se faz sem que haja maior participação dos estados e municípios na distribuição da renda nacional", afirmou o senador.

Defensor de uma reforma tributária de emergência, o senador Humberto Lucena acentua que a nova Constituição deve buscar a descentralização do poder, de forma a fortalecer os estados e municípios a nível econômico-financeiro: "Não adianta a implantação de uma reforma tributária de emergência, se a nova Constituição não for de encontro com os anseios e reivindicações municipalistas", adverte o senador.

Frente

A frente Municipalista Nacional irá en-

tregar esta semana, ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, documento contendo as propostas municipalistas para a futura Constituição e as principais reivindicações de mudança no sistema tributário. O documento propõe a inclusão expressa do município como parte integrante da Federação; concessão de poder aos municípios para que editem suas próprias leis orgânicas; limitação dos casos de intervenção no município; e a configuração da autonomia municipal mediante a eleição de seu governo, receitas próprias, competência exclusiva para prestação de serviços públicos e competência concorrente com o estado-membro e a União para legislar supletivamente sobre serviços locais de caráter social, entre outras.

No que se refere às propostas municipalistas de mudanças no sistema tributário, o que os prefeitos reivindicam é a implementação de uma reforma tributária de emergência, descentralizando receitas e encargos, com vistas a imediata correção de retenção de verbas municipais por parte da União.

A Frente Municipalista entende que a centralização do poder de decisões na União, tem contribuído para que as finanças municipais, já debilitadas, sofram contínuo processo de esvaziamento, pois conduzem a uma acentuada concentração das rendas Governo Federal, em detrimento da economia das finanças municipais.

Entre as propostas a serem apresentadas, destaca-se a participação municípios (30%) e dos estados (30%) em todos os impostos federais.